O futuro chegou: crise alimentar e energética
Paul Singer

Nunca em tempos de paz houve pressões inflacionárias tão violentas a partir do encarecimento de bens essenciais

O PREÇO do petróleo está batendo recordes quase diariamente. No momento, ele gira ao redor de 130 dólares o barril. O índice dos preços de alimentos da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) foi, em média, 127 em 2006 e 157 em 2007, subindo para 220 em março de 2008 (1998-2000 = 100). Nunca em tempos de paz houve pressões inflacionárias tão violentas a partir do encarecimento de bens essenciais.

Eis a grande novidade dessa dupla crise que se deve às mesmas causas: a redução da pobreza em grandes países periféricos, como a China, a Índia e o Brasil (além de outros), que expandiu fortemente a demanda por derivados de petróleo e por alimentos "nobres" -carne e laticínios, cuja produção exige muito mais trabalho humano, energia e recursos naturais não renováveis, como terra e água.

A elevação dos preços do petróleo e da comida deveria provocar um aumento de sua produção, pois seu encarecimento a torna mais lucrativa. Mas a elevação da produção alimentar esbarra na disponibilidade de terra e água, limitada pela sua poluição pelos elementos químicos utilizados pelos agricultores. O mesmo vale para o aumento da produção de petróleo, limitado pelas reservas exploráveis.

Estamos nos defrontando com um cenário que Celso Furtado previu em 1974, quando escreveu "O Mito do Desenvolvimento Econômico". Ele sustentava que era um mito esperar que o desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo lhes permitiria alcançar o nível de vida usufruído apenas pelos povos do Primeiro Mundo, porque não haveria recursos naturais suficientes para que isso pudesse acontecer.

Quase um terço de século decorreu desde então, e o que parecia na época um exagerado temor malthusiano tornou-se consensual, sobretudo desde que se comprovou que o clima da Terra está aquecendo, com conseqüências danosas para os recursos naturais do planeta.

A nova classe média nos países chamados de emergentes passou a ter dinheiro para alcançar o padrão de vida de sua congênere do Primeiro Mundo. Essa mudança seria desejável se ela não impactasse desfavoravelmente sobre a grande massa que continua pobre.

A carestia da comida, causada pelo aumento da demanda dos ex-pobres, empobrece ainda mais os que já gastam a maior parte do que ganham para alimentar a família. Os cereais que lhes mataria a fome tendem agora a ser dados aos animais cujos derivados alcançam preços cada vez mais atraentes.

O funcionamento do mercado mundial de alimentos produz "naturalmente" esses efeitos perversos. Motins da fome estouram em cada vez mais países e, de acordo com a FAO, em 37, dos quais 21 africanos, há crise alimentar.

Premidos pelo desespero dos famintos, cada vez mais governos (inclusive o brasileiro) tratam de restringir a exportação de alimentos básicos para garantir o abastecimento do mercado interno. O que naturalmente agrava a situação dos pobres nos países que dependem de alimentos importados.

A ONU, alarmada com a gravidade da situação, está solicitando das nações mais ricas recursos para impedir que a fome se alastre pelo mundo, pondo em risco não só o combate à pobreza mas também a paz mundial.

Governos terão de adotar medidas de emergência para garantir um abastecimento alimentar mínimo a todos: estatizar os estoques de alimentos para evitar que sejam açambarcados pelos que têm dinheiro para formar estoques privados. E racionar a sua venda, por preços que os

mais pobres possam pagar; eventualmente, taxar mais os alimentos derivados de animais para possibilitar o aumento da produção dos alimentos vegetais, indispensáveis à nutrição do conjunto da população; taxar também os derivados de petróleo, para reduzir a utilização do transporte individual e aumentar a do transporte coletivo.

A crise alimentar e energética poderá talvez ser contida por medidas como essas, mas sua resolução exigirá mudanças mais profundas.

Os padrões de consumo terão de ser acomodados à real disponibilidade de recursos naturais, e esta deverá ser alargada por mais investimentos no aumento da produção agrícola sustentável do ponto de vista social e ambiental.

As crises energética e da mudança climática terão de ser resolvidas pelo desenvolvimento de fontes renováveis de energia limpa, única maneira de acabar com as emissões de gases resultantes da queima de combustíveis fósseis.

A crise alimentar não pode deixar de limitar, em alguma medida, a produção de agrocombustíveis, de modo que o desenvolvimento de outras fontes de energia -solar, eólica, hidráulica- terá de receber prioridade.

Fonte: Folha de S.Paulo, São Paulo, 30 maio 2008, Tendências & Debates, p. A3.

A utilização deste artigo é exclusivo para fins educacionais